Consolidação das reflexões e recomendações da X Conferência Anpei

Associação Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia das Empresas Inovadoras (Anpei)

1. Anpei – Histórico, missão e atuação

A criação da Associação Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia das Empresas Inovadoras (Anpei) foi articulada no início da década de 1980, no âmbito do Programa de Administração em Ciência e Tecnologia (PACTo), uma linha de atuação da Fundação Instituto de Administração da Universidade de São Paulo.

Como uma das atividades regulares desse programa, surgiram as Reuniões Nacionais dos Dirigentes de Centros de Tecnologia de Empresas Industriais (Renads), que passaram a ser cada vez mais frequentadas por técnicos e executivos responsáveis pelos esforços de desenvolvimento tecnológico das empresas, que viam em sua realização uma oportunidade para tratar de assuntos de interesse comum. Entre outros temas, destacavam-se: melhoria das condições para a prática da PD&E nas empresas; projeção e visibilidade dessa função para a alta administração; intercâmbio de modelos gerenciais bem-sucedidos; absorção e capacitação de recursos humanos, etc.

No início de 1983, no âmbito das Renads, foi proposta e aprovada a criação de uma associação, em nível nacional, que não só desse continuidade ao espírito dessas reuniões, essencialmente de troca de informações, mas que exercesse igualmente um papel ativo de representação das empresas engajadas em atividades de PD&E com o governo e com a comunidade.

Cerca de um ano mais tarde, em abril de 1984, sob a liderança de um comitê de implantação, foi então constituída oficialmente, como uma entidade sem fins lucrativos, a Anpei, atualmente Associação Nacional de PD&E das Empresas Inovadoras. Assinaram a ata de constituição 28

representantes de empresas industriais, denominadas pelos estatutos sociais “Sócios Titulares Fundadores”.

Como entidade representativa do segmento das empresas e instituições inovadoras dos mais variados setores da economia, a Anpei atua junto com instâncias de governo e formadores de opinião, visando promover condições favoráveis à inovação e elevando a inovação tecnológica à condição de fator estratégico da política econômica e de ciência e tecnologia do Brasil.

Suas ações estão voltadas para:

- Fortalecer a inserção da inovação tecnológica na agenda política do país, visando à elaboração e implementação de políticas de governo voltadas para o incentivo à inovação;
- Promover a inovação tecnológica como fator estratégico para a melhoria da competitividade junto às empresas;
- Sensibilizar a sociedade para a importância da inovação tecnológica como propulsora do desenvolvimento econômico nacional;
- Propiciar às empresas capacitação tecnológica para melhor gerir o esforço inovador;
- Apoiar o setor acadêmico na formação de recursos humanos e na geração do conhecimento científico.

2. Objetivos gerais da X Conferência Nacional da Anpei

A Anpei organizou sua X Conferência Anpei de Inovação Tecnológica, entre os dias 26 a 28 de abril de 2010, em Curitiba (PR). O evento foi realizado em parceria com a Federação das Indústrias do Estado do Paraná, por meio de seu centro de inovação, educação, tecnologia e empreendedorismo do Paraná e do C2i (Centro de Inovação Internacional).

A X Conferência Anpei refletiu sobre a evolução e a concatenação dos conceitos de cooperação, inovação e sustentabilidade. Seu tema principal foi “Cooperação para a Inovação Sustentável”, em alinhamento com a edição de 2009 do evento, cujo tema foi “a inovação sustentando sua empresa e seu planeta”.

Realizada anualmente desde 2001, a Conferência Anpei está consagrada como o principal fórum temático e de debates sobre inovação tecnológica no Brasil. Participam representantes de todos os segmentos que compõem o sistema nacional de inovação: empresas, instituições de ciência e tecnologia, agências de fomento e órgãos públicos.

A programação buscou captar as tendências recentes da gestão da inovação em palestras nacionais e internacionais, painéis de discussão e apresentação de *cases* de empresas inovadoras. Mais especificamente, no segundo dia da conferência, foi realizada uma dinâmica aberta a todos os participantes, cujo objetivo consistiu em responder, por meio de diálogos reflexivos abertos, à seguinte pergunta: “O que é necessário para que o setor privado seja definitivamente o protagonista principal do desenvolvimento sustentável (econômico, social e ambiental) no Brasil através da inovação?”

3. Os objetivos da dinâmica

Como resultado da reflexão conjunta, foi elaborado o presente documento, contendo as contribuições da indústria consubstanciadas pela dinâmica, conduzida em formato de investigação apreciativa, tendo como objetivo coletar as contribuições da sociedade brasileira no tema do protagonismo do setor privado para o desenvolvimento sustentável do Brasil por meio da inovação, para o subsequente encaminhamento das propostas desenvolvidas para implementação.

Para tal, os diálogos da dinâmica foram subdivididos em quatro perguntas, que foram respondidas pelos diversos participantes, por meio das suas reflexões e diálogos abertos:

1. De que forma induzir uma transição para uma cultura de empreendedorismo inovador no país?
2. O que é necessário para facilitar o acesso e a utilização de fomentos financeiros e econômicos para a inovação nas empresas? Quais instrumentos radicalmente novos podemos criar?
3. De que forma garantir que, ao inovar, as empresas sejam competitivas e sustentáveis?
4. Como as empresas devem ser incluídas na governança e na gestão dos instrumentos de fomento e políticas públicas de inovação?

A dinâmica teve duração de quatro horas, sendo organizada com 65 mesas de oito participantes (agrupados de forma mista: governo, empresas e academia), com suporte avançado de infraestrutura de colaboração (computadores, rede *wireless*, *twitter*, consolidação automática, nuvem de palavras e outros recursos).

4. Caracterização do público envolvido

O público total envolvido na Conferência Anpei foi de mais de 800 pessoas, sendo que mais de 500 participaram ativamente e efetivamente da dinâmica de coleta de contribuições. Vinte e um estados brasileiros foram representados, sendo a distribuição por setor da sociedade:

- Empresas (empresários e executivos da área de inovação): 37% dos participantes;
- Institutos de Ciência e Tecnologia (ICTs) e universidades: 27%;
- Agência e governo: 24%;
- Outros (pesquisadores, estudantes e demais interessados): 12%.

5. Dinâmica de captação de contribuições para a 4ª CNCTI – contextualização

5.1. Premissas à realização das reflexões e diálogos

Para nortear as reflexões conduzidos no decorrer das quatro horas de trabalho, foi proposto aos participantes um conjunto de premissas necessárias ao total aproveitamento do material gerado.

Um texto de introdução foi proposto no início dos trabalhos, contendo as premissas essenciais às reflexões, esclarecendo temas que não eram objetos de debate desta dinâmica. O mesmo foi incluído no material do evento, sendo composto por um texto corrido. Tal preâmbulo, explicitado a seguir, foi baseado em fatos e dados ou raciocínios não questionáveis para o contexto desta dinâmica.

Questão chave: “O que é necessário para que o setor privado seja definitivamente o protagonista principal do desenvolvimento sustentável (econômico, social e ambiental) no Brasil através da inovação?”

Premissas:

1. Sabemos que o ser humano é o gestor dos recursos da natureza e responsável pelo bem comum.
2. Sabemos que 2/3 da população mundial (estimada em 6,8 bilhões de habitantes) são compostos por pessoas que mal sobrevivem hoje, sendo o total de seres humanos no planeta projetado para 10,0 bilhões em 2050 [1].

3. É necessário reinventar o sistema produtivo, tendo como base a otimização do uso de insumos em prol da qualidade de vida dessa população e da sustentabilidade do planeta.
4. No Brasil, historicamente, temos um *gap* de desenvolvimento de bens de alto valor agregado (tecnológico).
5. Baixa escolaridade, juros altos, encargos e tributos elevados, real apreciado, infraestrutura deficitária e ultrapassada e excesso de burocracia compõem um custo sistêmico que compromete a competitividade e a inovação.
6. As Empresas são um elemento fundamental na transformação do conhecimento em produção de bens e serviços e são o elo com o mercado. Sem mercado não há inovação.
7. Sabemos que cerca de 66% dos pesquisadores no Brasil trabalham nas universidades e apenas 27% nas empresas. Nos Estados Unidos, a proporção é inversa: 80% nas empresas e 13% nas universidades [2].
8. Sabemos que a participação do setor privado brasileiro na totalidade dos investimentos realizados em inovação no Brasil estagnou, nos últimos seis anos, nos atuais 47%. Por outro lado, nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), esta mesma participação é, em média, de 62% [3].
9. Sabemos que, apesar de disponíveis, os recursos públicos para inovação, por seus condicionantes, não vêm sendo utilizados pelo setor privado na sua plenitude.
10. Sabemos que a atual governança do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação não corresponde totalmente às necessidades e desafios das empresas e da sociedade brasileira.
11. Reconhecemos que as reflexões sobre inovação tecnológica devem necessariamente ser feitas de forma consistente com a orientação das políticas públicas na área, como, por exemplo, o atual Programa de Desenvolvimento Produtivo (PDP).

Por esses e outros motivos, inovar é preciso!

Referências

[1] 2005 *Hart Innovation, Creative Destruction and Sustainability*.

[2] Fonte: Revista Veja, 26 de Março 2008.

[3] OCDE Ciência Tecnologia e Indústria *Outlook* 2006.

Considerações dos painelistas convidados para a abertura da dinâmica

Para preparar as reflexões elaboradas em cada uma das mesas, foram convidadas três autoridades para exporem os seus pontos de vista sobre o tema inovação.

Carlos Henrique de Brito Cruz (Fapesp, Contec IRS/Fiesp)

Professor Dr. Carlos Henrique Brito Cruz graduou-se em Engenharia de Eletrônica no Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) em 1978. Obteve o título de Mestre em Ciências em 1980 e o de Doutor em Ciências em 1983, no Instituto de Física Gleb Wataghin, da Unicamp. Foi pesquisador convidado do Instituto Ítalo Latino Americano na *Università degli Studi*, em Roma, e visitante residente nos Laboratórios Bell da AT&T, em Holmdel, NJ. Sua área de pesquisa é o estudo de fenômenos ultrarrápidos com *lasers* de pulsos ultracurtos, com ênfase no estudo de processos eletrônicos em escala de tempo de femtossegundos em materiais ópticamente não lineares voltados a aplicações em comunicações ópticas. Brito Cruz foi diretor do Instituto de Física Gleb Wataghin, na Unicamp, e pró-reitor de Pesquisa da Unicamp. Foi vice-presidente da Sociedade Brasileira de Física e membro do Comitê Consultivo Internacional da *Optical Society of América*. Desde 2000, é membro da Academia Brasileira de Ciências. Foi presidente da Fapesp de 1996 a 2002 e reitor da Unicamp de abril de 2002 a abril de 2005. É presidente do Conselho Superior de Tecnologia e Competitividade da Fiesp. Desde abril de 2005, é diretor-científico da Fapesp, tendo sido reconduzido ao cargo em abril de 2008.

Carlos Américo Pacheco (Unicamp)

Graduou-se em Engenharia Eletrônica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) (1979), fez mestrado (1988) e doutorado (1996) em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas e pós-doutorado pela *Columbia University* (2005). Foi secretário-executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia e presidente do Conselho de Administração da Finep (1999 a 2002). Atualmente, é professor doutor da Unicamp, membro do conselho do Instituto Fernando Henrique Cardoso, membro do conselho de orientação do Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo, membro do Conselho de Tecnologia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, membro do conselho técnico científico do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, membro do conselho do Instituto de Pesquisas Eldorado. Tem experiência na área de economia urbano-regional e economia industrial e tecnológica.

Wolney Betiol (Bematech)

Wolney Betiol, nascido em 1965, é engenheiro industrial elétrico com mestrado em Informática Industrial pelo Cefet, professor na UTFPR e cofundador da Bematech S.A., empresa atuante no mercado de automação comercial, criada em 1990 e baseada em Curitiba, com fábricas em São José dos Pinhais/PR e bases operacionais na Argentina, nos EUA, na Alemanha e em Taiwan. A Bematech fabrica e comercializa equipamentos para pontos de venda, *softwares* para gestão e presta serviços especializados para o varejo. Após o lançamento de ações (IPO), em abril de 2007, assumiu o cargo de presidente do Conselho de Administração. Atualmente é também vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná.

Resumo das palestras

A palestra de Brito Cruz

As apresentações da mesa sobre as contribuições do setor privado à inovação tiveram como objetivo subsidiar os participantes da Conferência Anpei na elaboração de propostas a serem encaminhadas pela entidade à 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, a ser realizada entre 26 e 28 de maio, em Brasília. Os participantes tinham um roteiro de perguntas a serem respondidas e, com base nele, Brito, Pacheco e Betiol fizeram suas apresentações.

O diretor científico da Fapesp citou os principais gargalos da economia hoje que afetam a inovação: a baixa qualidade do ensino e da escolaridade no Brasil, os juros altos, o real valorizado perante o dólar, o excesso de burocracia, os problemas de infraestrutura e os encargos tributários elevados. Para ele, o Brasil tem uma oportunidade com a importância crescente do tema sustentabilidade pelo fato de a matriz energética do país contemplar 47% de fontes renováveis, diferentemente da maior parte do mundo. Sobre a escolaridade, ele destacou o esforço espanhol, cujos jovens registram mais anos de escolaridade do que os estudantes da França ou Inglaterra.

Ao entrar no assunto de interesse mais direto da conferência, as atividades de P&D do setor privado, Brito destacou o esforço pioneiro da Anpei, que no final dos anos 1990 começou a medir os investimentos das suas empresas associadas. A seguir, o governo lançou a Pintec, feita pelo IBGE. Foram três edições da pesquisa, em 2000, 2003 e 2005. “De lá para cá, estamos em voo cego, são seis anos sem medir nada”, lembrou. O IBGE começou uma nova rodada da Pintec no segundo semestre de 2009. Os resultados devem sair entre final de junho e começo de julho deste ano. Para ele, não é possível entender melhor os efeitos dos incentivos do governo para inovação tecnológica ou até mesmo criticar as políticas públicas ou o comportamento empresarial sem ter medições periódicas de indicadores de seus impactos.

Por causa da ausência de dados mais recentes, Brito fez um exercício: buscou um indicador que pudesse sinalizar a tendência do comportamento das empresas em relação às atividades de P&D. Comparou a formação bruta de capital fixo (FBCF) de 24 países, no período de 1981 a 2008, e relacionou o dado com o volume de investimento privado em P&D dessas mesmas nações. Em sua análise, encontrou forte correlação entre ambos: quando há crescimento na FBCF, eleva-se o investimento em P&D. A correlação mostra-se mais fraca no caso da Alemanha, de Portugal e do Japão. A hipótese do palestrante é que, no período, a Alemanha passou pela unificação e Portugal se inseriu na União Europeia. Brito não conseguiu encontrar explicação para o comportamento do Japão.

O diretor da Fapesp fez uma projeção para o Brasil, que tem dados da FBCF levantados periodicamente pelo IBGE, mas não tem a mesma informação para a atividade de P&D do setor privado. Utilizando a correlação encontrada entre FBCF e investimento em P&D e os dados da Pintec disponíveis, Brito projetou uma curva para o investimento, com base na correlação. Encontrou estagnação nos investimentos em P&D até 2001, queda entre 2001 e 2005 e um crescimento após esse período.

“Isso mostra como o ambiente econômico afeta a decisão de investir em P&D. A política pública de incentivo à inovação deve ser algo que se relaciona com o ambiente econômico geral, pode compensar um ponto desfavorável ou reforçar onde já estamos bem”, destacou. Para ele, o que acontece em São Paulo mostra a relação entre a economia e a inovação. No estado economicamente mais desenvolvido do país, 62% do total investido em P&D vêm do setor privado, enquanto no Brasil esse indicador está em cerca de 50%. Se tirar São Paulo das estatísticas nacionais, o investimento privado em P&D na escala cai para 38%.

Ele identificou ainda a limitada exposição internacional das empresas do Brasil como uma restrição sistêmica. “Talvez um dos grandes motores (da inovação) seja a competitividade. A exposição mundial coloca as empresas para competir com quem procura as melhores oportunidades. Conviver com o mundo estimula fazer mais e melhor”, comentou. Em relação a uma das perguntas centrais da Anpei – o que deve ser feito para as empresas terem maior protagonismo na inovação –, Brito sugeriu que pensassem em medidas para tentar eliminar as restrições que impedem maior exposição internacional.

Brito falou de outra preocupação da Anpei: o acesso e a melhoria dos instrumentos de incentivo à inovação. Segundo ele, os mecanismos disponíveis no Brasil são razoavelmente competitivos quando comparados aos existentes em outros países, mas nunca serão perfeitos. Também contou que o acesso a mecanismos semelhantes em outros países impõe as mesmas dificuldades às empresas, como a burocracia no preenchimento de formulários. Para ele, é importante ampliar a participação de setores representativos dentro do universo das empresas que inovam para que possam participar da formatação e de ajustes das políticas públicas de apoio à inovação. Ele também destacou a pouca presença do venture capital no Brasil.

A apresentação de Carlos Pacheco

O economista da Unicamp destacou que o correto diagnóstico sobre a baixa demanda pelos instrumentos de incentivo à inovação se deve à falta de cultura de inovação nas empresas, mas afirmou que isso é apenas parte da verdade. Ele acrescentou que a inovação precisa ser disseminada entre as empresas, mas há problemas sistêmicos e não é possível abstrair a macroeconomia, como se inovar fosse uma decisão tomada de forma independente ao contexto onde está inserida. Inovar, ressaltou ele, é uma decisão econômica das companhias.

Ele também afirmou que inovação é mais do que fazer P&D e deve ser vista como inovação em negócio, algo que crie valor para empresas e acionistas. Segundo Pacheco, a agenda para inovação só fará sentido se conseguir alavancar a competitividade das empresas. “Vemos um foco em projetos pontuais, hoje, no sistema de apoio à inovação e uma ênfase ao apoio à P&D e não à inovação, cuja agenda precisa ser maior do que a agenda de P&D”, afirmou.

Concordando com Brito, o economista da Unicamp disse que as empresas no Brasil, historicamente, sempre foram mais voltadas ao mercado interno. Quando houve estratégia para buscar o mercado externo, o foco sempre foi a solução de problemas relacionados ao déficit comercial, e não uma estratégia empresarial ou de governo em busca da internacionalização das empresas e da economia nacionais. “Temos uma dificuldade em fazer uma política de comércio exterior que dialogue com a política industrial e de inovação”, diagnosticou.

Ele recordou que a política econômica atual olha para dentro do país, para o mercado interno, com políticas como a expansão do crédito para ampliar o consumo. A situação pode se consolidar com a emergência do pré-sal, pois os recursos gerados na sua exploração podem retirar a restrição externa da economia brasileira, promovendo uma folga cambial que reduza ainda mais a preocupação com a inserção internacional do Brasil.

Outro ponto de preocupação do professor da Unicamp está na compatibilização entre o quadro macroeconômico e a política de inovação. Ele defendeu na Conferência Anpei que é possível fazer a conciliação, procurando políticas públicas que compensem as desvantagens. Deu como exemplo a política para o setor agrícola, com créditos que não dependam da taxa Selic, controlada pelo Banco Central e instrumento da política macroeconômica para manutenção de superávit primário.

Sobre os atuais instrumentos de incentivo à inovação, Pacheco identificou um “grave” problema. “Nossos instrumentos melhoraram, mas estão muito longe do que é preciso fazer para contornar as desvantagens”, afirmou. Segundo ele, dois terços de todos os incentivos concedidos derivam da Lei de Informática; retirado esse valor, o Brasil concede incentivos em volume semelhante ao praticado pelo México, que seria um terço do que fazem Estados Unidos ou França. Para o economista, o sistema atual precisa ser reformado, pois hoje é muito concentrado: apenas 1.500

empresas foram apoiadas por recursos dos fundos setoriais em seus 10 anos de existência, 441 empresas se beneficiaram dos incentivos fiscais à inovação em 2008 e apenas 150 empresas usam a Lei de Informática. “O sistema é precário, em termos de volume e de recursos, o número de empresas atendidas é pequeno”, completou.

A palestra de Wolney Betiol

O cofundador da Bematech começou a apresentação com um desabafo sobre a maneira como os empresários aparecem na mídia: ligados a casos de corrupção, nos jornais, ou como golpista, nas telenovelas. “Não será assim que vamos gerar empreendedores”, disse. A seguir, contou que encontrou um executivo da sul-coreana Hyundai e o questionou sobre qual seria a maior inovação da empresa. O executivo disse que foi a aquisição de parte do capital de revendedoras europeias quando a empresa decidiu entrar no mercado da Europa. Mesmo com o lançamento de carros da marca no continente, as vendas não aconteciam porque os revendedores europeus não compravam os produtos Hyundai para vender ao público. A solução foi a compra de parte do capital de revendedoras do continente. Betiol disse que não conseguiria dialogar com agência de fomento no Brasil para fazer algo parecido, uma inovação em negócio.

A Bematech já atua de forma internacional, com centros de P&D no Brasil (Paraná e São Paulo), nos Estados Unidos e na Coreia. Ele comparou um engenheiro brasileiro e um norte-americano. O primeiro tem salário de US\$ 130 mil por ano, contando encargos, trabalha 40 horas por semana, tem um mês de férias e é pouco motivado, cercado por problemas como a segurança e a educação dos filhos. Um engenheiro no Vale do Silício (EUA) recebe US\$ 120 mil por ano, trabalha 60 horas por semana, tem uma semana de férias e trabalha motivado. Para complicar, no Brasil, a justiça trabalhista é caótica e a legislação ultrapassada. Há geração de passivos trabalhistas que intimidam o empreendedorismo.

O empresário mostrou ainda um segundo comparativo, usando números da própria Bematech, de 2009. A empresa faturou R\$ 397 milhões, e R\$ 192 milhões sobraram, depois de pagos os fornecedores e parte dos impostos. Desses R\$ 192 milhões, 40% foram direcionados para pagamento de impostos. A companhia investe 7% do faturamento em P&D anualmente. “Se uma empresa resolve ser apenas comercial, trazendo algo fabricado na China para vender aqui, veremos um mesmo desenho. Só que essa empresa não investe em P&D”, acrescentou. Ele concordou que os mecanismos de incentivo à inovação melhoraram, mas disse que beneficiam poucas empresas perto do número total de companhias no Brasil.

Por fim, o empresário apresentou algumas ideias, como as empresas que investem em P&D poderem postergar o pagamento de impostos por quatro anos e abater, do pagamento desses impostos, o valor que obtiveram a mais em seu faturamento. “Como a empresa cresceu, pagaria

mais imposto, ampliaria o PIB e não haveria retirada de dinheiro da sociedade”, disse. Ele também sugeriu que houvesse mais programas no estilo das bolsas Rhae Pesquisadores na Empresa, com mais recursos das empresas (J.S.).

Natureza das perguntas estudadas no decorrer da dinâmica

Portanto, para permitir a coleta das informações por meio de diálogos reflexivos, foram propostas quatro perguntas, para cada uma das quais as respectivas mesas tiveram 40 minutos para responder:

1. De que forma induzir uma transição para uma cultura de empreendedorismo inovador no país?
2. O que é necessário para facilitar o acesso e a utilização de fomentos financeiros e econômicos para a inovação nas empresas? Quais instrumentos radicalmente novos podemos criar?
3. De que forma garantir que, ao inovar, as empresas sejam competitivas e sustentáveis?
4. Como as empresas devem ser incluídas na governança e na gestão dos instrumentos de fomento e políticas públicas de inovação?

Reflexões consolidadas da dinâmica da X Conferência Anpei

Principais reflexões e sugestões decorrentes da pergunta 1:

1. Articular junto ao MEC e MCT a inserção de uma educação transformadora, voltada para o empreendedorismo, o intraempreendedorismo, a inovação, com foco nas necessidades dos consumidores e do mercado nacional e global, desde o ensino fundamental, passando pelo médio, e subsequentemente pelo ensino superior.
2. Disseminar na sociedade os conceitos e princípios do empreendedorismo, estimulando a mídia e tornando-a um ator de estímulo e divulgação do empreendedorismo e da inovação.
3. Estimular os estados e municípios para a criação de condições locais favoráveis para inovação (por meio de incentivos tais como desoneração fiscal, tributária, impostos territoriais, impostos de serviço, sessão de áreas e demais tributos municipais).

4. Estimular, apoiar e incentivar, por meio do MDIC, da APEX, da CNI e das federações das indústrias, do Sebrae, das associações de classe e setoriais, entre outros, a internacionalização e preparação para a competição global das empresas no médio e longo prazo, inclusive àquelas produtoras de bens de alto valor agregado.
5. Estimular, apoiar e incentivar, por meio do MDIC, da APEX, da CNI e das federações das indústrias, do Sebrae, das associações de classe e setoriais, entre outros, a implementação de programas de intraempreendedorismo, podendo inclusive serem concedidos prêmios estaduais e nacionais para indivíduos e empresas com melhores práticas e resultados significativos.
6. Articular por meio da ABDI, MCT, MDIC, BNDES, Finep, entre outros, o aumento de opções e de recursos, bem como o alinhamento de mecanismos públicos voltados para apoiar os empreendedores em estágio inicial (como o Prime e Seed Fórum da Finep, entre outros), para mitigar riscos inerentes aos processos e produtos inovadores.
7. Estimular por meio do BNDES, do Banco Central e do mercado de capitais a criação de fundos de riscos, como *Seed Money* e *Venture Capital*, para financiar empreendimentos inovadores em estágio inicial.

Principais reflexões e sugestões decorrentes da pergunta 2:

1. Estimular ABDI, MCT, MDIC, BNDES, Finep para expansão das atuais linhas de fomento, com critérios e conceitos mais abrangentes de inovação (inovação em marketing, em serviços, em modelos e gestão de negócios, etc.).
2. Estimular ABDI, MCT, MDIC, BNDES, Finep para criação de novas linhas de apoio e fomento para o desenvolvimento de projetos pré-industriais (plantas piloto, plantas demonstração, plantas industriais pré-competitivas, etc.).
3. Estimular ABDI, MCT, MDIC, BNDES, Finep para criação de novas linhas de fomento e redes de competências para fortalecer a capacitação técnica, gerencial e executiva das empresas, no tema inovação, em todas as suas dimensões (fomentos, gestão da tecnologia, design, sustentabilidade, empreendedorismo, etc.).
4. Estimular ABDI, MCT, MDIC, BNDES, Finep, Ministério do Trabalho para o desenvolvimento de processos simples e rápidos de disponibilização às empresas, de financiamentos, subvenções e desonerações tributárias, visando à contratação de recursos humanos voltados para inovação (técnicos, engenheiro, gestores de projetos, mestres, doutores, e

- outros pesquisadores, brasileiros ou estrangeiros), de forma a facilitar a contratação, o desenvolvimento e a remuneração destes profissionais.
5. Estimular ABDI, MCT, MDIC, BNDES, Finep, Ministério do Trabalho para a criação de um mecanismo de cofinanciamento público-privado de bolsas para recursos humanos voltados para a inovação, sem teto de valor, compatíveis com os padrões do mercado nacional e internacional de trabalho.
 6. Disseminar junto às empresas de todos os portes e segmentos os mecanismos de fomento à inovação, estimulando a mídia e tornando-a um ator de divulgação dos instrumentos existentes e outros ainda necessários, porém não existentes.
 7. Encaminhar para o Congresso, por meio da CNI e/ou federações das indústrias, uma proposta de lei, visando permitir que a base dos incentivos para inovação seja o faturamento das empresas, e não apenas seu lucro (seja real ou presumido), bem como outras formas de incentivo como deferimento e eventual isenções posteriores de impostos, em função do sucesso do negócio.
 8. Sensibilizar e capacitar os agentes fiscalizadores da Receita Federal, para que tenham um melhor entendimento dos benefícios da inovação para a sociedade brasileira e a construção de ativos competitivos no longo prazo, desempenhando a consequente flexibilidade ao analisar relatórios de empresas beneficiadas por incentivos.
 9. Incentivar entre os atores de fomentos públicos ABDI, MCT, MDIC, BNDES, Inep, entre outros, a criação de mecanismos contínuos para suporte e estímulo à inovação, e não apenas baseados em projetos, editais ou chamados.
 10. Incentivar os atores de fomentos públicos ABDI, MCT, MDIC, BNDES, Finep, entre outros, a realizar uma reengenharia de processos, visando simplificar, tornar transparente, desburocratizar e informatizar todos os atuais e futuros mecanismos de solicitação, acompanhamento, aprovação, execução e relatoria das solicitações e projetos de inovação.
 11. Incentivar os órgãos de fomento público ABDI, MCT, MDIC, BNDES, Finep, entre outros, a conceder melhores condições nos seus fomentos, incentivos, políticas, taxas de juro, etc., para as empresas que se comprometerem a contratar, de forma ampla, recursos voltados para inovação (complementando a atual Lei do Bem) e investirem na capacitação dos atuais recursos humanos internos (técnicos, engenheiro, gestores de projetos, mestres, doutores e outros pesquisadores), por meio da rede credenciada de ensino em inovação. Tais condições não devem significar ou requerer uma certificação obrigatória de processos de inovação, baseados em uma norma, pois a inovação não pode ser padronizada.

12. Estimular junto aos órgãos de fomento público ABDI, MCT, MDIC, BNDES, Finep, entre outros, o aumento da capilaridade, a redução das contrapartidas e simplificação, flexibilidade e redução das garantias de ativos tangíveis e intangíveis (como competências e ideias), para os financiamentos de empresas de pequeno porte.
13. Fomentar junto à Receita Federal, o MCT e o MDIC a criação de uma “poupança inovação”, baseada no não recolhimento de impostos que recaem sobre o faturamento e/ou lucros obtidos na comercialização de produtos ou serviços inovadores (lançados há menos de 2 anos e para os quais não existam similares), os quais podem ser acumulados, porém devem necessariamente serem investidos em capacitação, implementação de novos processos de projetos de inovação.
14. Dar continuidade e agilizar a implementação de regras e processos junto a ABDI, MCT, MDIC, BNDES, Finep, Receita Federal, entre outros, para a disponibilização de um arcabouço que permita facilitar compras governamentais de projetos, tecnologias, produtos e processos estratégicos.

Principais reflexões e sugestões decorrentes da pergunta 3:

1. Incentivar junto a ABDI, MCT, MDIC, BNDES, Finep, Receita Federal, Ministério do Meio Ambiente, entre outros, o desenvolvimento de “incentivos e impostos verdes” (a exemplo dos créditos de carbono), reconhecendo e premiando por meio de estímulos fiscais diferenciados as inovações sustentáveis e transparentes junto à sociedade e penalizando as infrações por meio dos mecanismos legais.
2. Disseminar na sociedade os conceitos e princípios de inovação voltada para a sustentabilidade, estimulando e tornando a mídia um ator de divulgação deste tema.
3. Articular junto ao MEC e MCT a inserção de uma educação transformadora, voltada para a inovação geradora de sustentabilidade social e ambiental, desde o ensino fundamental, passando pelo médio e pelo ensino superior.
4. Incentivar junto a ABDI, MCT, MDIC, BNDES, Finep, Receita Federal, Ministério do Meio Ambiente, entre outros, a isenção e/ou redução de impostos para as empresas que inovam, por meio de produtos e serviços sustentáveis novos para as classes sociais da base da pirâmide (low-cost innovation), enfatizando a geração de renda e empregos nessa camada social.

5. Estimular MCT, MDIC e MMA para viabilizar uma maior participação do setor privado nas definições das estratégias a serem levadas pelo Brasil aos fóruns internacionais (como Kyoto, Davos, Copenhagen), os quais definem acordos sobre sustentabilidade global.
6. Incentivar junto a ABDI, MCT, MDIC, BNDES, Finep, Receita Federal, Ministério do Meio Ambiente, entre outros, a responder às necessidades das empresas nos processos de desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares e intersetoriais, que tratem da busca de soluções transversais para os problemas ou para as oportunidades voltadas a sustentabilidade, além de fortalecer mecanismos de transferência das tecnologias desenvolvidas desta forma.
7. Fomentar junto a Receita Federal, MCT e MDIC a criação de um incentivo, à semelhança da Lei Rouanet, permitindo que parte dos recolhimentos compulsórios possam ser redirecionados para programas de implantação de inovações para a sustentabilidade social e ambiental na sua cadeia de fornecedores.
8. Incentivar junto a ABDI, MCT, MDIC, BNDES, Finep, Receita Federal, Ministério do Meio Ambiente, entre outros, a criação de mecanismos de incentivo e apoio para as empresas que se reestruturarem endógena (capacitação tecnológica) e exogenamente para inovações sustentáveis, de forma sistemática e contínua.
9. Promover junto a ABDI, MCT, MDIC, BNDES, Finep, Receita Federal, Ministério do Meio Ambiente, entre outros, a criação de incentivos que beneficiem grupos de empresas capazes de trabalhar de forma inovadora em redes e cadeias produtivas competitivas, na geração de produtos e processos sustentáveis.

Principais reflexões e sugestões decorrentes da pergunta 4:

1. Estimular todos os órgãos responsáveis por definir e implementar políticas públicas de fomento ao empreendedorismo e à inovação (ABDI, MCT, MDIC, BNDES, Finep, Ministério do Trabalho, APEX, Receita Federal, entre outros), a criar um conjunto de fóruns permanentes de incentivo à inovação, com ampla representação empresarial e com o devido poder e autonomia para, em conjunto e sistematicamente, deliberarem e avaliarem leis, fomentos, incentivos, políticas consensuadas, exequíveis e de legítimo interesse de todas as partes.
2. Implementar nos fóruns permanentes de incentivo à inovação (acima descrito) processos simples, transparentes, desburocratizados e informatizados para acompanhamento, aprovação, execução e relatoria das solicitações e projetos de inovação.

3. Permitir aos fóruns permanentes de incentivo à inovação (acima descrito) definir indicadores e metas quantitativos e qualitativos que meçam o retorno dos investimentos realizados por meio dos incentivos à inovação, para serem acompanhados sistematicamente (inclusive por meio de auditorias quando requerido), viabilizando as necessárias melhorias e correções dos instrumentos de fomento.
4. Estimular todos os órgãos responsáveis por definir e implementar políticas públicas de fomento ao empreendedorismo e à inovação (ABDI, MCT, MDIC, BNDES, Finep, Ministério do Trabalho, APEX, Receita Federal, entre outros), para inclusão de representantes do setor privado (sem conflitos de interesses) e de entidades do terceiro setor, envolvidas nos temas sustentabilidade, empreendedorismo e inovação, nos fóruns específicos de avaliação de concessão de incentivos.

Considerações finais: proposta para a 4ª CNCTI

O desdobramento e o detalhamento destas linhas mestras estão listados em um documento completo, como uma série de outras sugestões que já estão, de uma forma ou outra, sendo discutidas e desenhadas por diversos atores, e cuja implementação foi claramente pedida pelos participantes.

Consistente com o objetivo de congregar empresas e demais atores para a prática e construção de um ambiente favorável à inovação, em seus mais variados aspectos, a Anpei propõe os resultados desta reflexão compartilhada à consideração da 4ª CNCTI.

Pelo dinamismo e pela abertura que caracterizam as atividades da associação, estaremos abertos para incorporação de todas as novas contribuições que possam emergir desta proposta, de cujo consenso deverá resultar a pedra angular sobre a qual será fortalecido o protagonismo a ser assumido pelo setor privado no tema inovação, já que um dos seus principais *locus* é a própria indústria. Em termos nacionais, se não houver foco na inovação, não haverá modernização sustentável e competitiva do parque industrial, cujos ativos são patrimônio nacional sobre o qual se assenta o caminho do Brasil do futuro.

Os desdobramentos desejados, como sequência aos trabalhos e reflexões conduzidos na X Conferência Anpei, consistem na implementação concreta de novas políticas e projetos de fomentos nacionais à inovação, para benefício de toda a sociedade.